

HABEAS CORPUS Nº 508.648 - RS (2019/0127593-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : NEREU LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : NEREU LIMA - RS005315
NEREU LIMA FILHO - RS069706
CRISTIANO KRUEL BORGES MACHADO - RS091083
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
PACIENTE : EMMERSON LOBO SCHULER
PACIENTE : ANARITA FERRI SCHULER.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EMMERSON LOBO SCHULER e ANARITA FERRI SCHULER contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento da Apelação n. 0170403-02.2017.8.21.7000.

Consta dos autos que os pacientes foram absolvidos, pelo Juízo de primeiro grau, da imputação feita na denúncia da prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal (fls. 480/488).

Inconformado, o representante do *Parquet* apelou e a Corte estadual proveu o recurso para condenar os pacientes pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, às penas de 7 anos, 6 meses e 22 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 30 dias-multa (fls. 559/578).

Opostos embargos declaratórios pela defesa, foram rejeitados (fls. 625/632). Posteriormente, houve a interposição de recurso especial, não admitido pela Presidência do Tribunal *a quo* (fls. 776/800).

Na presente oportunidade (fls. 3/54), os impetrantes apontam constrangimento ilegal em razão da condenação dos pacientes, baseada apenas na palavra da vítima, a qual teria se apresentado confusa e contraditória, após

reconhecer, inclusive, que teria forjado o assalto. Indicam existirem laudos que atestam a ausência de lesões à vítima e que a ação penal foi utilizada como meio de retaliação por um processo movido pelos pacientes contra a vítima no Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul.

Alternativamente, aduzem constrangimento ilegal na dosimetria da pena realizada pelo Tribunal *a quo*, ao fundamento de que foi reconhecido pela vítima que o paciente Emmerson não foi o autor das supostas agressões, mas apenas a paciente Anarita, de forma que *as condutas devem ser individualizadas para que o Réu Emmerson seja absolvido porque não contribuiu para o delito, ou, alternativamente, que as penas sejam redimensionadas, sob pena de negativa de vigência ao art. 29 do Código Penal e do art. 381, inc. III, do Diploma Processual Penal em razão da ausência de fundamentação* (fls. 43).

Sustentam, ainda, que *deve ser afastada a majorante do emprego de arma de fogo, caso a condenação seja mantida, porque nenhuma arma foi apreendida e o aumento da pena se deu apenas com base no relato controvertida da sedizente vítima* (fls. 43/44).

Quanto à pena-base, argumentam que foi exasperada apenas pela presença de elementares do próprio tipo penal e, quanto às danosas consequências à audição da vítima, que os danos não ficaram demonstrados pelos laudos periciais.

Diante disso, requerem, liminarmente e no mérito, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, até o trânsito em julgado do ação penal, e a absolvição dos pacientes. Subsidiariamente, pleiteiam a realização de nova dosimetria, com a redução da pena, tendo em vista a fundamentação acima expendida.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 803/805).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 808/818), por parecer assim ementado:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE QUE JUSTIFIQUE A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. DOSIMETRIA. PENA - BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL, ANTE A VALORAÇÃO NEGATIVA DOS MOTIVOS, DAS CIRCUNSTÂNCIAS E DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIO MATEMÁTICO. DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ. PARÂMETROS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE ATENDIDOS. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT.

Às fls. 810/812 a defesa junta aos autos uma mídia e, às fls. 819/821, solicita sua intimação da data de julgamento do *habeas corpus*, para fins de sustentação oral.

É o relatório. **Decido.**

Inicialmente, o Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, como forma de racionalizar o emprego do *habeas corpus* e prestigiar o sistema recursal, não admite a sua impetração em substituição ao recurso próprio.

Cumpre analisar, contudo, em cada caso, a existência de ameaça ou coação à liberdade de locomoção do paciente, em razão de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia na decisão impugnada, a ensejar a concessão da ordem de ofício. Nesse sentido, a título de exemplo, confirmam-se os seguintes precedentes: STF, HC n. 113890, Relatora Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 3/12/2013, publicado em 28/2/2014, STJ, HC n. 287.417/MS, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Quarta Turma, julgado em 20/3/2014, DJe 10/4/2014 e STJ, HC n. 283.802/SP, Relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014.

Na espécie, embora os impetrantes não tenham adotado a via

processual adequada, para que não haja prejuízo à defesa dos pacientes, passo à análise da pretensão formulada na inicial, a fim de verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Objetivam os impetrantes o restabelecimento do teor da sentença, a qual absolveu os pacientes da imputação da prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso I e II, ambos do Código Penal, pela aplicação do disposto no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, requerem a realização de nova dosimetria da pena, reduzindo-se as sanções aplicadas.

No caso, o Juízo de 1º grau, ao proferir a sentença absolutória, apresentou a seguinte fundamentação (fls. 482/488):

A autoria, no entanto, segundo a prova oral coligida, não restou plenamente evidenciada.

O acusado Emmerson negou a prática do roubo que lhe é imputada. Confirmou que ele e sua esposa estiveram no consultório da psicóloga (vítima) a fim de conversar sobre a situação de sua filha Tanice, que se afastou muito da família depois de ter iniciado o tratamento. Negou que algum deles estivesse armado naquela ocasião. Revelou que forçaram um pouco para entrar no consultório porque ela não queria deixar que entrassem. Esclareceu que entraram no consultório e discutiram em tom alto, contudo, não houve qualquer agressão. Disse que a conversa durou cerca de 10 minutos. Respondeu que conhece o síndico que também é dentista e atua naquele prédio (Antônio César Fraporti), mas ele não entrou no consultório, apenas saíram juntos. Referiu que naquele dia informaram à psicóloga que a denunciariam, sendo que ela reagiu pegando a sua esposa pelo braço e empurrando para fora do consultório e era capaz de fazer alguma coisa para ferrar com eles, acreditando que essa ocorrência foi uma vingança (CD fl. 262).

A ré Anarita da mesma forma negou a acusação. Afirmou que esteve no consultório da vítima juntamente com seu marido, contudo ninguém estava armado. Esclareceu que apenas houve discussão em tom de voz elevado. Disse que o comportamento da sua filha modificou-se após o início do tratamento com a psicóloga e por isso queriam fazer questionamentos. Referiu que ficaram aguardando no consultório de César a saída de sua filha que estava em atendimento, sendo que ao sair ela

despediu-se da psicóloga dizendo "tchau, mãe!". Depois disso, quando a psicóloga estava saindo do consultório foram até lá e disseram que precisavam conversar com ela, que demonstrou insatisfação. Entraram e conversaram por cerca de oito minutos e ela não quis dar muitas satisfações porque a sua cliente era maior de idade. Respondeu que não tocou no corpo da vítima. Quando pediram que interrompesse o tratamento, ela disse que não a conheciam e nem sabiam com quem estavam lidando, pelo que informaram então que fariam uma representação. Negou que tenha levado o celular e os molhos de chaves da psicóloga. Sustentou que foi agredida quando saiu, porque a psicóloga a pegou pelo braço e os enxotou de lá. Respondeu que seu marido não quebrou qualquer objeto (CD fl. 262).

A vítima Maria José Matte declarou que a principal queixa não era o roubo. Narrou que eles entraram no seu consultório e ordenaram que entrasse, pois não se tratava de brincadeira, a levaram até o banheiro e falaram que deveria deixar de atender a filha deles, entre outras ameaças. Revelou que um homem encapuzado apontava a arma para sua testa, não sabendo se este seria o dentista que trabalhava no prédio e também era parente deles. As outras duas pessoas eram Emmerson e Anarita. Esclareceu de forma detalhada como foram as agressões sofridas que lhe causaram algumas seqüelas, tais como problema de audição. Mencionou que eles foram embora ao ouvir o barulho do seu celular recebendo uma ligação de sua filha que estava no prédio para lhe buscar. O celular foi levado por Anarita e disse que mandaria de volta. Declinou que sua filha e também a da ré é que foram na delegacia registrar a ocorrência, acompanhadas pelo seu marido. Respondeu que não achou que isso foi um assalto e sim uma ameaça de morte. Declarou que não está acusando ninguém de assalto, mas sim de agressão. Acredita que tudo isso tenha sido feito para deixar de tratar a menina. Mencionou não acreditar que Anarita e Emmerson entrariam no seu consultório para lhe roubar. Naquele dia saiu do consultório com a sua filha e com Tanice que retornou ao local (CD fl. 262).

A testemunha Tanice Feeri Schuller declarou-se filha dos réus. Não presenciou os fatos, mas chegou logo em seguida. Foi comunicada sobre o ocorrido pela filha da sua psicóloga e quando chegou haviam mesas quebradas no consultório e a psicóloga estava bastante abalada e dizia que não poderia mais atendê-la. Procurou por atendimento psicológico em função do término de um relacionamento. Achava que seus pais não fossem fazer isso, contudo, disse que eles tinham capacidade para tanto em face das situações vivenciadas na infância. Pelas características informadas pela filha da psicóloga achou que

poderia se tratar de uma arma que seu pai possuía. Respondeu acreditar que Antônio César pode ter auxiliado seus pais no dia do evento, alegando que ele tinha interesse financeiro em prejudicar a depoente (CD fl. 262).

Márcia Cristina Matte declarou-se filha da vítima. Não presenciou os fatos, contudo, chegou no consultório logo após o ocorrido, sendo que a porta estava entreaberta e sua mãe encontrava-se em estado de choque. Sua mãe contou-lhe que os pais de uma paciente e uma terceira pessoa encapuzada a tinham agredido e ameaçado com uma arma. Diante disso, ligou para a moça (Tanice) que retornou ao local. Referiu que os réus ligavam para sua casa ameaçando seus filhos de morte, porque não queriam que sua mãe continuasse com a terapia. Confirmou que foi levado um celular e as chaves, afirmando que o celular não lhe interessa, mas sim as agressões que sua mãe sofreu (CD fl. 262).

A testemunha Cláudio dos Santos disse que trabalhava como porteiro no prédio em que Maria José tinha consultório. mencionou que conhecia Tanice porque cruzava com ela no prédio quase que todos os dias, porque ela se consultava com a psicóloga. Nada esclareceu sobre os fatos (CD fl. 262).

Calvino de Souza, testemunha, declarou que trabalha no mesmo prédio em que a psicóloga tem o consultório. Estava no saguão do prédio quando viu a psicóloga, seu marido, a filha e Tanice descendo e falavam alguma coisa sobre ameaças. Disse que aparentemente Maria José não possuía ferimentos ou não chamaram sua atenção (CD fl. 262).

João Alves de Paula, testemunha, referiu que trabalhava como porteiro e apenas ficou sabendo por outras pessoas que Maria José havia sido assaltada, sem outros detalhes (CD fl. 152).

A testemunha Antônio César Fraportí contou que foi casado com uma sobrinha dos réus. Conhecia Maria José porque trabalhou como dentista e ela tinha um consultório psicológico no mesmo andar da sua sala. Relatou sobre os atendimentos que Tanice tinha com a psicóloga. Disse que no dia 03 de setembro os réus estiveram no seu consultório e ficaram esperando que Tanice saísse do consultório. Depois disso, Anarita e Emmerson foram até o consultório e informaram que estavam lá para conversar. A porta do consultório foi fechada e ficou aguardando. Depois de cinco ou seis minutos eles retornaram e Anarita lhe disse que Maria José havia tomado sua filha. Por volta das 19h30min saíram do prédio em direção a sua residência. Respondeu que os réus lhe contaram que haviam pedido que a psicóloga parasse com os atendimentos com a filha, contudo, ela não havia dado abertura para conversa. Abonou a conduta dos réus. Por fim, disse que os fatos de os

réus estarem sendo acusados de roubo é uma tremenda injustiça (CD fl. 170).

Karina Ferri Schuler declarou-se filha dos réus e irmã de Tanice. Disse que após o recebimento de uma denúncia de que sua irmã pudesse estar sofrendo abusos por parte de uma psicóloga, veio junto com seus pais para Novo Hamburgo para conversar com Tanice e com a psicóloga. Referiu que Tanice foi muito fria com a depoente. Os pais foram conversar com a psicóloga, mas não conseguiram e no momento em que falaram que a denunciariam ela ficou indignada e os empurrou para fora do consultório. Questionada sobre o que sabia sobre o roubo, revelou que seus pais foram sem nada para falar com a psicóloga, sendo que ficou com a bolsa da mãe. Disse que a acusação é um absurdo porque seus pais são muito honestos. Respondeu que seus pais não estavam com o celular de Maria José. Declinou que seu pai teve uma arma que era de herança, mas entregou a arma na arrecadação realizada pela polícia (CD fl. 178).

José Leal da Silva, testemunha, declarou que na época do fato trabalhava como segurança da portaria e chegou por volta de 19h30min, sendo que logo após a filha de Maria José subiu. Posteriormente, desceu e informou que haviam entrando na sala da mãe dela, fazendo alguns comentários e subiu novamente. Depois ainda chegaram o esposo da psicóloga e Tanice. Diante disso, chamou o subsíndico e relatou a situação. Cerca de 20 minutos todos saíram do consultório e foram embora. Respondeu que viu Maria José indo embora, mas não recorda de ter visto lesões nela (CD fl. 258).

A testemunha Marilda disse que conhece os réus do centro espírita e estava na delegacia para registrar uma ocorrência e encontrou Maria José que informou que não poderia subir porque tinha problema nas pernas. Respondeu que não viu ela machucada (CD fl. 262).

Sônia, testemunha, declarou-se gerente da clínica onde Tanice trabalhava e foi procurada pelos pais dela para conversar sobre o comportamento dela (CD fl. 262).

As demais testemunhas de defesa nada esclareceram sobre o fato em análise, mas abonaram a conduta dos réus (CDs fls. 140 e 206).

A partir desses relatos, percebe-se que a autoria imputada aos acusados não se mostra segura, pois, concluída a instrução, não subsistiram elementos suficientemente seguros quanto/a efetiva execução de um roubo.

Com efeito, além da negativa dos réus, a própria vítima em seu depoimento prestado em juízo, ao dizer que a principal queixa

não era o roubo, coloca em xeque a conclusão por tal conduta criminosa.

Registra-se que o inquérito policial que deu origem ao presente feito foi instaurado por determinação do juízo do Juizado Especial Criminal adjunto à 2ª Vara Criminal desta Comarca por ocasião da audiência realizada no processo n. 019/2.10.0007259-7. Não fosse tal determinação, a vítima sequer teria noticiado a subtração de seus pertences.

Observa-se que as circunstâncias em que ocorreu o fato não restaram esclarecidas por nenhuma das tantas testemunhas ouvidas no presente feito.

Repito, que a vítima foi irrefutável ao declarar que não ocorreu um assalto e sim ameaças e agressão, bem como acredita que os réus não tenham entrado em seu consultório para lhe roubar.

Corroborando o depoimento da vítima está o de sua filha, Márcia Cristina, a qual declarou que o celular não lhes interessa.

Dessa forma, se a própria vítima está convicta de que não houve o delito de roubo, não existem outros elementos que permitam a condenação dos réus.

É necessário frisar que quase todos os depoimentos prestados em juízo não revelam detalhes de um possível delito de roubo, mas sim relatam de forma detalhada como eram os atendimentos psicológicos prestados pela psicóloga-vítima e problemas familiares envolvendo a filha (Tanice) e os pais, ora réus.

De outro lado, a prova permite concluir que os denunciados não se dirigiram ao local para a prática de um delito contra o patrimônio, e sim resolverem uma situação familiar, assim como esclarecer uma situação profissional de atendimento psicológico que não se mostrava, aos seus olhos, dentro de um padrão.

Destarte, havendo razoáveis dúvidas acerca do envolvimento dos réus na prática delitiva em análise, e diante da impossibilidade de operar-se qualquer desclassificação quanto ao delito patrimonial, em observância ao princípio da correlação, indesejável é a solução absolutória por insuficiência de provas.

ISSO POSTO, julgo IMPROCEDENTE a ação, para ABSOLVER os réus EMMERSON LOBO SCHULER e ANARITA FERRI SCHULLER das imputações que lhes foram feitas, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Extraí-se, da leitura dos trechos destacados, que após a instrução processual a moldura fática assentada indicou terem os fatos delituosos sido presenciados apenas pelos ora pacientes, pela vítima e por um terceiro não identificado. As demais testemunhas, como visto, não estavam no momento da apontada ação delituosa e sequer revelam a existência de elementos demonstrativos da alegada grave ameaça ou violência utilizada, necessárias à caracterização do delito contra o patrimônio, como descrito na denúncia.

O Tribunal *a quo*, porém, baseando-se apenas na palavra da vítima, única fonte probatória a corroborar a imputação expressa na denúncia, acabou por julgar procedente a pretensão acusatória.

Debruçando-se sobre o tema, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a palavra da vítima, nos crimes patrimoniais, usualmente cometidos na clandestinidade, deve ser especialmente valorada, desde que em consonância com os demais elementos colhidos nos autos. O caso dos autos, contudo, destoam do referido entendimento, porquanto o Tribunal *a quo* atribuiu à palavra da vítima relevância probatória que, por si só, é insuficiente para ensejar a condenação pelo delito patrimonial em comento.

Nesse sentido:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. INTERNAÇÃO. NEGATIVA DE AUTORIA. DECISÃO QUE APONTA PROVA SUFICIENTE PARA EMBASAR A REPRESENTAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CABIMENTO. GRAVE AMEAÇA À PESSOA. REITERAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS GRAVES. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A Corte de origem reconheceu a existência de elementos de prova suficientes para embasar a representação pela prática do ato infracional análogo ao crime de roubo. Assim, a mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado, de modo a absolver o paciente, demandaria necessário reexame de todo o

conjunto fático-probatório, o que é vedado na via estreita do habeas corpus.

2. Nos crimes patrimoniais, a palavra da vítima deverá prevalecer, se em consonância com as demais provas dos autos, como na hipótese em tela.

3. A imposição da medida de internação foi fundamentada na prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo, que possui em suas elementares violência e grave ameaça o que autoriza a medida, ex vi do disposto no artigo 122, I, do ECA, bem como na reiteração na prática de atos infracionais e no descumprido de medida socioeducativa anteriormente aplicada.

4. Habeas corpus denegado (HC 461.477/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 05/11/2018).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. APONTADA AFRONTA AO ART. 157 DO CÓDIGO PENAL - CP. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA LASTREADA EM OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS DOS AUTOS. RELATOS CONCISOS DAS VÍTIMAS E DAS TESTEMUNHAS PRESENCIAIS. EXAMES DE CORPO DE DELITO QUE ATESTARAM OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA DOS OFENDIDOS. TESE CONTRÁRIA. INVIABILIDADE. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PALAVRA DAS VÍTIMAS. ESPECIAL VALOR PROBANTE NOS DELITOS DE ROUBO, DESDE QUE CORROBORADA POR OUTROS MEIOS DE PROVA COMO NO CASO. SÚMULA N. 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal a quo, ao apreciar a prova produzida nos autos, consistente nos relatos das vítimas, testemunhas, bem como nos exames de corpo de delito realizados um dia após o evento criminoso, atestando ofensa à integridade física dos ofendidos, não apenas uma discussão como alegado pelos acusados, entendeu devidamente comprovada a autoria e materialidade do delito de roubo majorado a eles imputado.

2. Concluir de modo contrário ao estabelecido pela Corte de origem, como pretendem os agravantes, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, inviável nesta instância, a teor da Súmula n. 7/STJ, segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso

especial".

3. Ademais, vale destacar que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, no crime de roubo, em geral praticado por meio da clandestinidade, a palavra da vítima tem especial valor probante, desde que corroborada por outros elementos probatórios constantes dos autos, como ocorre na espécie. Precedentes. Súmula n. 83/STJ.

4. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1429354/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 05/04/2019).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e das provas, ao desclassificar a conduta dos acusados pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, II, para a do 155, § 4º, IV, ambos do Código Penal, reconheceu estarem sobejamente comprovadas nos autos a materialidade e a autoria do delito.

2. Cumpre ressaltar que, nos crimes contra o patrimônio, geralmente praticados na clandestinidade, tal como ocorrido nesta hipótese, a palavra da vítima assume especial relevância, notadamente quando narra com riqueza de detalhes como ocorreu o delito, tudo de forma bastante coerente, coesa e sem contradições, máxime quando corroborado pelos demais elementos probatórios, quais sejam o reconhecimento feito pela vítima na Delegacia e os depoimentos das testemunhas colhidos em Juízo.

3. Nesse contexto, a alteração do julgado, no sentido de absolver qualquer um dos réus implicaria o reexame do material fático-probatório dos autos, não sendo o caso de mera reavaliação da prova, tal como alegam os agravantes. Assim, imperiosa a aplicação do óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 865.331/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 17/03/2017).

Ademais, ficou posto nos autos que o relato da vítima não expressou que a eventual ameaça ou lesão corporal decorreu da relação prévia havida entre os acusados e a vítima, decorrente do atendimento da filha dos

acusados pela vítima, na condição de psicóloga.

No mesmo sentido foi o parecer oferecido pelo representante do *Parquet* Estadual, ao asseverar que a subtração patrimonial sequer foi considerada:

*Dito isso, não é sequer mais preciso analisar o restante da prova, que diga-se de passagem, corrobora o que se está a discutir. Os pais não queriam que a filha continuasse o tratamento com a vítima. Era só a vítima dizer que não mais a atenderia. Ou a filha deixar de ir no local. Porém, como aparentemente a filha insistia em ser atendida pela psicóloga, e a profissional compreendia que sua ação era necessária, os acusados foram até o consultório e, aparentemente, utilizaram-se de meios não civilizados para contranger Maria José. Nem se discute se os fatos ocorreram como a vítima relatou. O aspecto relevante é que essa ação poderia ser classificada, talvez, no art. 146 do CPB e, mesmo, quiçá, no art. 129 do diploma penal. Todavia, não era o escopo do casal subtrair bens. A própria vítima isso asseverou. No crime de roubo, embora a duplicidade de verbos que habita em sua descrição, o caráter patrimonial é relevante¹. Esse escopo, pois, se mostra essencial à sua tipificação. **Os réus, por certo, não estavam naquele ambiente para fazer uma subtração. Há notícias e ilações nos autos de que a filha dos réus e a vítima laboravam com forças ocultas. Talvez aí residisse parte do desacerto. Mas o objetivo deles estarem ali não era para uma retirada patrimonial. Nem mesmo em meio a discussão isso se tornou a pretensão do casal.***

Nesse fanal, respeitando muito o posicionamento deduzido na origem, penso que a solução absolutória - na compreensão dessa Procuradoria de Justiça - seria a única possível para o caso em face do denunciado. Isso não exclui medidas ressarcitórias, e mesmo que possa ter ocorrido outras figuras penais. Todavia, crime de roubo não houve. Em sendo esse o objeto, portanto, sob análise, a improcedência da ação é de rigor.

O acórdão impugnado, todavia, a despeito da moldura fática fixada na primeira instância, julgou pela procedência da ação, ao argumento de que *ainda que a intenção inicial dos agentes fosse apenas ameaçar e agredir a lesada, a partir do momento em que tomaram posse do aparelho celular e do*

molho de chaves, levando-os consigo, os apelados evidenciaram o animus furandi, realizando a conduta de subtração da res (fls. 572/573).

Com efeito, na esteira do entendimento esposado na sentença absolutória e no parecer do *Parquet* Estadual, a violência ou grave ameaça utilizada no delito de roubo, e necessária à sua caracterização, tem a seguinte *finalidade específica: assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro* (Código Penal Comentado. Guilherme de Souza Nucci. – 15. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015, fl. 892). Tal finalidade específica não restou sequer indicada pelo acórdão impugnado, como exposto.

Assim, partindo-se da moldura fática indicada pelas instâncias de origem, mas diante da ausência de um dos elementos necessários à caracterização do tipo penal, a condenação deve ser prontamente afastada.

Nesse sentido, aplicável o caso, *mutatis mutandis*:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 272 DO CP. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NOCIVIDADE AO ORGANISMO OU REDUÇÃO DO VALOR NUTRITIVO NA DEFORMAÇÃO DO ÓLEO DE SOJA DEGOMADO UTILIZADO PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS. ABSOLVIÇÃO. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. PEDIDO EXPRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO ESPECÍFICA. VIOLAÇÃO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A conduta punível prevista no art. 272 do CP é de corromper (deteriorar, modificar para pior), adulterar (deturpar, deformar), falsificar (reproduzir por meio de imitação) ou alterar (transformar ou modificar) substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nocivo, ou seja, capaz de causar efetivo dano ao organismo, seja pela prejudicialidade à saúde ou pela redução do valor nutritivo.

2. No presente caso, trata-se de adulteração de produto alimentício destinado a consumo, no caso, óleo de soja degomado que foi alterado na mistura de outros elementos, cujas empresas destinatárias do produto eram atuantes no ramo alimentício e na produção de óleo de cozinha.

3. A partir da moldura fática apresentada pelo Tribunal a quo, não ficou demonstrada que a adulteração em questão tornou o produto nocivo à saúde ou reduziu-lhe o valor nutritivo, ou seja, pela leitura do Laudo de Exame de Perícia Criminal de Identificação de Substância, considerado pela origem, não há qualquer afirmação acerca da comprovação de nocividade ao organismo ou da redução do valor nutritivo na deformação do óleo de soja degomado utilizado para a produção de alimentos. Dessa forma, não estando comprovados todos os elementos do tipo penal, a condenação pelo crime do art. 272 do CP deve ser afastada.

4. A reparação de danos, além de pedido expresso, pressupõe a indicação de valor e de prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa com indicação de quantum diverso ou mesmo a comprovação de inexistência de prejuízo material ou moral a ser reparado. Necessário, portanto, instrução específica para apurar o valor da indenização. In casu, verifica-se que, apesar de ter havido pedido expresso do Ministério Público na denúncia para a fixação de valor para a reparação do dano, nos termos do art. 387, inciso IV, do CPP, não houve instrução específica, o que afastou do acusado a possibilidade de se defender e produzir contraprova.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1361693/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 23/04/2019).

Deve-se enfatizar, por oportuno, não se tratar, aqui, de revolvimento de fatos e provas, porquanto a análise ora realizada limita-se a defrontar a condenação dos pacientes não apenas com a conduta descrita na denúncia, mas essencialmente com a moldura fática formada pelas instâncias de origem, a fim de perquirir se à defesa foi possibilitado o exercício ao contraditório e à ampla defesa, em toda a sua plenitude, notadamente se considerado que, no caso dos autos, o relato da vítima foi o único elemento a indicar a conduta delituosa imputada aos pacientes.

Nessa esteira, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TORTURA. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TORTURA-CRIME (ART. 1º, I, B, DA LEI 9.455/1997) PARA

TORTURA-CASTIGO (ART. 1º, II, DA LEI 9.455/1997). CRIME PRÓPRIO. CONDIÇÃO DE GARANTE NÃO DEMONSTRADA NA DENÚNCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. DESNECESSIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. WRIT CONCEDIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Havendo a desclassificação do crime de tortura-crime para o de tortura-castigo, por se tratar este último de crime próprio, é necessário que a exordial acusatória narre a prévia existência do vínculo de subordinação entre o sujeito ativo e a vítima (obrigação de cuidado, proteção ou vigilância), pois, do contrário, eventual condenação será considerada nula, tendo em vista não só a ofensa ao princípio da correlação, como também ao contraditório e à ampla defesa, na medida em que ao acusado só é possível formular sua defesa no limite da acusação penal constante da denúncia.

2. Não há que falar em revolvimento de fatos e provas, na hipótese, pois a análise empreendida por esta Corte limitou-se a confrontar a condenação dos réus com a conduta descrita na denúncia - sobretudo quanto à posição de garante exercida pelos sujeitos ativos em relação à vítima -, a fim de perquirir se à defesa foi possibilitado o exercício ao contraditório e à ampla defesa, em toda a sua plenitude.

3. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática do relator calcada em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a possibilidade de submissão do julgado ao exame do órgão colegiado, mediante a interposição de agravo regimental.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 467.522/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 30/05/2019).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO CONSUMADO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA MANUTENÇÃO DO JULGADO. SÚMULA N. 283/STF. INCIDÊNCIA. CONDENAÇÃO DA AGRAVANTE POR FATOS DEVIDAMENTE DESCRITOS NA PEÇA ACUSATÓRIA. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE A SENTENÇA E A DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO. EMBARGOS

ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. A ausência de impugnação de fundamento, por si só, suficiente para manter o aresto recorrido, importa a incidência, por analogia, da Súmula n. 283 da Suprema Corte.

2. O princípio da correlação entre a denúncia e a sentença condenatória representa, no sistema processual penal, uma das mais importantes garantias ao acusado, porquanto descreve balizas para a prolação do édito repressivo ao dispor que deve haver precisa correspondência entre o fato imputado ao réu e a sua responsabilidade penal.

3. No caso dos autos, verifica-se que em momento algum houve alteração do contexto fático descrito na denúncia para condenar a agravante pelo crime de furto na modalidade consumada, cujas elementares estão devidamente descritas, circunstância que afasta a ocorrência de violação ao princípio da congruência.

4. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos infringentes (EDcl no AgRg no AREsp 1169859/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 07/05/2019).

Inafastável, assim, a conclusão adotada pelo Juízo de 1º grau e pelo *Parquet* Estadual, exposto no aludido parecer, pela improcedência da ação penal.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*, mas concedo a ordem de ofício para restabelecer a sentença que absolveu os pacientes da imputação da prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator